Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2017

Autoria: Senador Lasier Martins (PSD/RS)

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei de Execução Penal para estabelecer que constitui falta grave por parte do condenado a inobservância do perímetro de inclusão estabelecido quando da imposição da medida de monitoração eletrônica.

Explicação da Ementa:

Altera a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984) para caracterizar como falta grave a violação do perímetro fixado em medida restritiva do direito de ir e vir, mediante controle por monitoração eletrônica.

Assunto: Jurídico - Direito Penal e Penitenciário

Data de Leitura: 27/06/2017

Tramitação encerrada

Decisão: Aprovada por Comissão em decisão

Destino: À Câmara dos Deputados

Último local: -

Último estado: 18/11/2019 - REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Despacho:

27/06/2017 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Ronaldo Caiado (encerrado em 25/01/2019 - Encerramento de mandato)

Senadora Leila Barros (encerrado em 09/10/2019 - Deliberação da matéria)

TRAMITAÇÃO

18/11/2019 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ação: Remetido Ofício SF nº 954, de 18/11/19, à Senhora Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 42 a 43).

À COARQ.

21/10/2019 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

Ação: Anexado o texto revisado (fl. 41).

20/10/2019 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: APROVADA

Ação: Encerrou-se em 18 de outubro o prazo para interposição de recurso.

TRAMITAÇÃO

Não houve interposição de recurso.
Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão competente, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

Publicado no DSF Páginas 100 - DSF nº 180

18/10/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação do término do prazo de interposição de recurso.

18/10/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Juntado texto final revisado (fls. 38 e 39).

14/10/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado à CORELE.

10/10/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Ação: Encaminhado à publicação o Ofício n° 347/2019, da CCJ, comunicando a apreciação da matéria, em caráter terminativo.
Concluída a instrução da matéria, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso.

Publicado no DSF Páginas 60 - DSF nº 155

Publicado no DSF Páginas 62 - DSF nº 155

10/10/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Prazo: Interposição de Recurso a decisão terminativa de Comissão (Art. 91, §§ 3º ao 5º, do RISF). De 14/10/2019 a 18/10/2019. Perante a Mesa.

09/10/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Encaminhado ao Plenário para comunicação da conclusão da instrução da matéria e abertura de prazo para recurso.

09/10/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

09/10/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Encerrada a relatoria da Senadora Leila Barros por deliberação da matéria.

09/10/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APRECIADA EM DECISÃO TERMINATIVA PELAS COMISSÕES

Projeto de Lei do Senado n° 207, de 2017

TRAMITAÇÃO

Ação: Na 61ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão adota definitivamente, em Turno Suplementar, o Substitutivo oferecido ao PLS nº 207/2017 e rejeita a Emenda nº 2-S, relatada pela Senadora Leila Barros (art. 284 do RISF).

Anexei o Texto Final do Substitutivo à matéria.

Anexei o Ofício nº 347/2019-PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, no Turno Suplementar, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal (art. 91 e 92 do RISF; fl. 34).

Publicado no DSF Páginas 542-550 - DSF nº 154

08/10/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido, às 11h16min, reformulação da complementação de relatório da Senadora Leila Barros, com voto pela rejeição da emenda nº 2-S.
Matéria incluída na Pauta na Comissão.

17/09/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido, às 15h30min, complementação de relatório da Senadora Leila Barros, com voto pela rejeição da emenda nº 2-S.
Matéria incluída na Pauta na Comissão.

11/09/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na pauta da Comissão.

10/09/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Juntei, às 18h35min, a Emenda nº 2-S, de autoria do Senador Humberto Costa.
Encaminhado à Relatora, Senadora Leila Barros, para análise da Emenda.

15/08/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO TURNO SUPLEMENTAR EM APRECIAÇÃO TERMINATIVA

Ação: Retorna à CCJ nesta data.
Matéria incluída na Pauta da Comissão para apreciação em Turno Suplementar.

14/08/2019 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação o Ofício nº 215, de 2019, da CCJ, comunicando a aprovação de Substitutivo.
Concluída a deliberação da matéria, em turno único, fica aberto o prazo perante a CCJ até o encerramento da discussão, em turno suplementar, para oferecimento de emendas ao Substitutivo à matéria.

Publicado no DSF Páginas 78-79 - DSF nº 116

14/08/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Prazo: Apresentação de Emendas perante as Comissões durante turno suplementar (Art. 282 combinado com o art. 92 do RISF).
A partir de 14/08/2019. Perante a SF-CCJ.

Projeto de Lei do Senado n° 207, de 2017

TRAMITAÇÃO

14/08/2019 PLEN - Plenário do Senado Federal

Ação: Encaminhado ao Plenário para abertura de prazo em turno suplementar, perante a Comissão.

14/08/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SLSF, para prosseguimento da tramitação.

14/08/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO TURNO SUPLEMENTAR EM APRECIAÇÃO TERMINATIVA

Ação: Na 40ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Relatora acolhe sugestão dos Senadores Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério para alterar o termo "inobservar" por "descumprir" no inciso VIII do art. 50, nos termos do art 1º do Substitutivo.

A Comissão aprova o Substitutivo oferecido ao PLS 207/2017, relatado pela Senadora Leila Barros.

O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF.

Anexei o Ofício nº 215/2019- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão e a inclusão na Pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar (fl. 22).

Publicado no DSF Páginas 469-478 - DSF nº 116

09/08/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

17/05/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido, às 17h30min, o relatório da Senadora Leila Barros, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

30/04/2019 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído à Senadora Leila Barros, para emitir relatório.

21/12/2018 SF-SACCJ - Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Relatoria encerrada por fim de mandato.

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A proposição continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno.

Projeto de Lei do Senado n° 207, de 2017

TRAMITAÇÃO

11/10/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

04/07/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido às 18h05 o relatório do Senador Ronaldo Caiado, com voto pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

19/04/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria encaminhada ao gabinete do relator, Senador Ronaldo Caiado.

04/04/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania designa Relator da matéria o Senador Ronaldo Caiado.

06/07/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.
Matéria aguardando distribuição.

29/06/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Prazo para apresentação de emendas:
Primeiro dia: 29/06/2017.
Último dia: 05/07/2017.

27/06/2017 SF-SACCJ - Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Matéria sobre a Mesa desta Comissão aguardando abertura de prazo para apresentação de emendas e posterior distribuição.

27/06/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Situação: AGUARDANDO RECEBIMENTO DE EMENDAS

Ação: Encaminhado à publicação.
À CCJ, em decisão terminativa, onde poderá receber emedas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.
Este processo contém 02(duas) folhas numeradas.

Publicado no DSF Páginas 133-136

27/06/2017 SF-SEADI - Secretaria de Atas e Diários

Ação: Leitura da matéria na sessão do SF nº94, em 27/06/2017.

Projeto de Lei do Senado n° 207, de 2017

TRAMITAÇÃO

Publicado no DSF Páginas 133-136

DOCUMENTOS

PLS 207/2017

Data: 27/06/2017

Autor: Senador Lasier Martins (PSD/RS)

Local: Plenário do Senado Federal

Descrição/Ementa: Altera a Lei de Execução Penal para estabelecer que constitui falta grave por parte do condenado a inobservância do perímetro de inclusão estabelecido quando da imposição da medida de monitoração eletrônica.

Avulso inicial da matéria

Data: 27/06/2017

Autor: Senado Federal

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Encaminhado à publicação.
À CCJ, em decisão terminativa, onde poderá receber emedas pelo prazo de cinco dias úteis, após sua publicação e distribuição em avulsos.
Este processo contém 02(duas) folhas numeradas.

Relatório Legislativo

Data: 04/07/2018

Autor: Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido às 18h05 o relatório do Senador Ronaldo Caiado, com voto pela aprovação do Projeto nos termos do substitutivo que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Relatório Legislativo

Data: 17/05/2019

Autor: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido, às 17h30min, o relatório da Senadora Leila Barros, com voto pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Listagem ou relatório

Data: 14/08/2019

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Presença da reunião da 40ª Reunião CCJ

Listagem ou relatório

Data: 14/08/2019

Projeto de Lei do Senado n° 207, de 2017

DOCUMENTOS

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Votação Nominal da reunião da 40ª Reunião CCJ

Relatório Legislativo

Data: 14/08/2019

Autor: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

P.S 110/2019 - CCJ

Data: 14/08/2019

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 40ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Relatora acolhe sugestão dos Senadores Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério para alterar o termo "inobservar" por "descumprir" no inciso VIII do art. 50, nos termos do art 1º do Substitutivo.

A Comissão aprova o Substitutivo oferecido ao PLS 207/2017, relatado pela Senadora Leila Barros.

O Substitutivo será submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282 c/c art. 92 do RISF.

Anexei o Ofício nº 215/2019- PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão e a inclusão na Pauta da próxima Reunião, para apreciação em Turno Suplementar (fl. 22).

EMENDA 2/S - PLS 207/2017

Data: 10/09/2019

Autor: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatório Legislativo -

Data: 17/09/2019

Autor: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido, às 15h30min, complementação de relatório da Senadora Leila Barros, com voto pela rejeição da emenda nº 2-S.
Matéria incluída na Pauta na Comissão.

Relatório Legislativo

Data: 08/10/2019

Autor: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido, às 11h16min, reformulação da complementação de relatório da Senadora Leila Barros, com voto pela rejeição da emenda nº 2-S.
Matéria incluída na Pauta na Comissão.

Listagem ou relatório

Data: 09/10/2019

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

DOCUMENTOS

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Lista de Presença

Texto final da Comissão -

Data: 09/10/2019

Autor: Senador

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Altera a Lei de Execução Penal para estabelecer que constitui falta grave por parte do condenado a inobservância do perímetro de inclusão estabelecido quando da imposição da medida de monitoração eletrônica.

P.S 141/2019 - CCJ

Data: 09/10/2019

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 61ª Reunião Extraordinária, realizada nesta data, a Comissão adota definitivamente, em Turno Suplementar, o Substitutivo oferecido ao PLS nº 207/2017 e rejeita a Emenda nº 2-S, relatada pela Senadora Leila Barros (art. 284 do RISF).

Anexei o Texto Final do Substitutivo à matéria.

Anexei o Ofício nº 347/2019-PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão em caráter terminativo, no Turno Suplementar, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal (art. 91 e 92 do RISF; fl. 34).

Listagem ou relatório

Data: 09/10/2019

Autor: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Descrição/Ementa: Listagem ou relatório descritivo-Lista de Votação Nominal da reunião da 61ª Reunião CCJ

Texto final revisado - Projeto

Data: 18/10/2019

Autor: Senador

Local: Plenário do Senado Federal

Ação Legislativa: Juntado texto final revisado (fls. 38 e 39).

Descrição/Ementa: Altera a Lei de Execução Penal para estabelecer que constitui falta grave por parte do condenado a inobservância do perímetro de inclusão estabelecido quando da imposição da medida de monitoração eletrônica.

OFSF 954/2019

Data: 18/11/2019

Autor: Primeiro-Secretário do Senado Federal

Local: Comissão Diretora do Senado Federal

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 954, de 18/11/19, à Senhora Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 42 a 43).

À COARQ.

Descrição/Ementa: Encaminha à revisão da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei do Senado n° 207, de 2017.

Autógrafo - PLS 207/2017

Projeto de Lei do Senado n° 207, de 2017

DOCUMENTOS

Data: 18/11/2019

Autor: Senado Federal

Local: Secretaria de Expediente

Ação Legislativa: Remetido Ofício SF nº 954, de 18/11/19, à Senhora Primeira-Secretária da Câmara dos Deputados, encaminhando autógrafos do projeto para revisão, nos termos do art. 65 da Constituição Federal. (fls. 42 a 43).

À COARQ.

Descrição/Ementa: Altera a Lei de Execução Penal para estabelecer que constitui falta grave por parte do condenado a inobservância do perímetro de inclusão estabelecido quando da imposição da medida de monitoração eletrônica.